

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/15 (Em milhares de reais, exceto quando especificado). Carta do Diretor de Relações com Investidores. Srs. Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Macapá" ou "Cia."), com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/15. A Macapá registrou em 31/12/15 resultado operacional de R\$ 275.027. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 89.280. Com isso, o lucro líquido do exercício de 2015 foi de R\$ 101.472, em consonância com o orçamento da Cia. e as expectativas da diretoria. A Cia. apresentou, em 2015, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e LP. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal. **Angel Javier Casaseca de Prada** - *Diretor de Relações com Investidores*. **Histórico.** A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Macapá" ou "Cia."), S.A. de capital aberto, foi constituída em 7/07/08 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filial no Pará. A Macapá é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. A Cia. tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Cia. é parte do conglomerado empresarial Isolux Corsán, que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. O Grupo Isolux Corsán gere 1.643 quilômetros de autoestradas na Índia, Brasil, México e Espanha, além de 5.959 quilômetros de redes de transmissão de energia de alta tensão no Brasil, na Índia e nos Estados Unidos. A Isolux Corsán reforçou a sua posição de liderança entre as primeiras empresas do mundo especializadas na construção de projetos chave na mão (EPC) de centrais solares fotovoltaicas. Acumulou, em apenas três anos, uma potência instalada de 340 MWp. No dia 16/10/08, a Cia. assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão 009/08 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$71.880 mil, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. De acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918, ANEEL reajustou a RAP para o período de 1º/07/15 a 30/06/16 para R\$ 103.422 mil. **Desempenho Operacional.** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A., é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das primeiras linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Segue em contínua expansão tendo implantado em 2014 seu próprio Centro de Operação Remoto do Sistema atuando na Gestão centralizada dos ativos de transmissão. Atualmente a PLENA é responsável pela Operação e Manutenção de 7 concessionárias (Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A., Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., Jauru Transmissora de Energia S.A., Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., Sete Lagoas Transmissora de Energia Ltda, Interligação Elétrica Norte-Nordeste S.A. e Corumbá) em operação comercial totalizando aproximadamente 4760 km de circuito de transmissão e presença em 24 subestações nos níveis de tensão de 138 kV, 230 kV, 345 kV e 500 kV. Outras 2 concessionárias da Isolux (Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. e Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S.A.) estão em construção, as

quais serão operadas pela PLENA, o que somará mais 810 Km de linhas de transmissão em 500 kV e presença em ao menos mais 3 subestações. **Desempenho Econômico-Financeiro.** As informações trimestrais para o terceiro trimestre findo em 30/09/15 são apresentadas de acordo com o CPC 21 e o IAS 1. A Cia. aplicou as práticas contábeis definidas na nota 24, em todos os períodos apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Cia. adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Cia. (em milhares de reais):

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Em 31 de dezembro				
	2015	% Total ROL	2014	% Total ROL	Varição 2014 / 2015
(em milhares de R\$, exceto percentuais)					
Receita operacional líquida	275.027	100,00%	348.461	100,00%	(21,07)%
Custo dos serviços prestados	(8.706)	(3,17)%	(40.044)	(11,49)%	(78,26)%
Lucro bruto	266.321	96,83%	308.417	88,51%	(13,65)%
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(18.942)	(6,89)%	(7.967)	(2,29)%	0,00%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	247.379	89,95%	300.450	86,22%	(17,66)%
Receitas Financeiras	1.099	0,40%	111	0,03%	0,00%
Despesas Financeiras	(90.379)	(32,86)%	(89.723)	(25,75)%	0,73%
Total do resultado financeiro líquido	(89.280)	(32,46)%	(89.612)	(25,72)%	(0,37)%
Lucro antes do Imp. de renda e contribuição social	158.099	57,48%	210.838	60,51%	(25,01)%
IR e contribuição social	(56.627)	(20,59)%	(72.936)	(20,93)%	(22,36)%
Lucro líquido do período	101.472	36,90%	137.902	39,57%	(26,42)%

A receita operacional líquida diminuiu 21%, atingindo R\$ 275.027 mil em dezembro de 2015 se comparada com R\$ 348.461 mil em 31/12/15. A redução da receita é devido à revisão tarifária, prevista no contrato de concessão, ocorrida em 2014 que impactou diretamente o resultado naquele ano. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 293.736 mil (bruta) em dezembro de 2015, comparada com R\$ 364.829 mil em dezembro de 2014, onde a redução de 20% está concentrada e impactada pela revisão tarifária supramencionada. As receitas de operação e manutenção aumentaram 5%, totalizando R\$ 7.592 mil em dezembro de 2015, comparada com R\$ 7.265 mil em dezembro de 2014. As despesas financeiras aumentaram em 0,73%, atingindo R\$ 90.379 mil em dezembro de 2015 contra R\$ 89.723 mil em dezembro de 2014, devido, basicamente, ao aumento do CDI. Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Cia. apresentou um lucro líquido no período de R\$ 101.472 mil. **Composição Acionária.** O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 583.837 milhões, representado por 583.837 milhões de ações ordinárias. A Cia. é diretamente controlada pela empresa holding Isolux Energia e Participações S.A., que detém 100% do seu capital social. Em 25/10/15, a Cia. converteu debêntures em ações em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA no valor de R\$ 22.667 mil referente à terceira parcela das debêntures subscritas. Do total convertido, R\$ 16.577 mil foram destinados à conta de Capital social e R\$ 6.090 mil para a conta de Reserva de Capital. **Auditores Independentes.** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14/01/2003, a Cia. declara que mantém contratada a Chronus Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2015. A Chronus Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. A política de atuação da Cia., quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos.** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos Srs. membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2015	2014
Ativo	2.076.722	1.899.354
Circulante	169.719	150.083
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	10.232	1.436
Clientes (Nota 7)	16.813	16.993
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	16.193	20.003
Impostos a recuperar	3.028	2.708
Ativo financeiro - concessão (Nota 9)	121.725	107.496
Despesas pagas antecipadamente (Nota 11)	533	760
Outros ativos	1.195	687
Não circulante	1.907.003	1.749.271
Realizável a LP	1.905.886	1.746.959
Ativo financeiro - concessão (Nota 9)	1.900.930	1.733.512
Depósitos judiciais (Nota 8)	-	9.472
Títulos de renda fixa	4.956	3.975
Imobilizado, líquido	1.117	2.312
Passivo e patrimônio líquido	2.076.722	1.899.354
Circulante	177.825	243.717
Fornecedores (Nota 12)	21.670	33.495
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	112.653	185.702
Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	13.441	10.067
Partes relacionadas (Nota 10)	16.033	6.605
Provisões (Nota 15)	11.476	6.175
Outros	2.552	1.673
Não circulante	1.108.230	989.109
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	794.003	762.783
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.483	-
PIS e COFINS diferidos (Nota 16)	190.084	173.293
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 17 b)	109.660	53.033
Patrimônio Líquido (Nota 18)	790.667	666.528
Capital social	583.837	567.260
Reserva legal	10.037	4.963
Reserva de capital	6.090	-
Reserva especial de dividendos	190.703	94.305

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/15 em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais: 1.1 Contexto operacional. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Cia."), S.A. de capital fechado, foi constituída em 7/07/08 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Cia. encontra-se em fase pré-operacional, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 97% do capital social da Cia. Os outros 3% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA. A gestão de tesouraria é acompanhada pelo Grupo Isolux no Brasil. Em caso de necessidade a Cia. poderia obter suporte financeiro de sua controladora para honrar os seus compromissos de curto e LP. Contudo, com a entrada em operação da linha de transmissão e recebimento da receita contratual, a Cia. passará a atingir o equilíbrio econômico-financeiro. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14/03/16. **1.2 Concessão.** Em 27/06/08 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público 004/08, realizado na BVRJ, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B - linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem nº, datado de 8/10/08, foi publicado no DOU de 9/10/08. No dia 16/10/08, a Cia. assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão 009/08 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial em 12/06/13 (Tramo de 500 kV) e em 22/01/14 (Tramo 230 kV). A RAP foi determinada em R\$ 71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Cia. Em 23/06/15, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória 1.918, estabelece a receita anual da Cia. em R\$ 103.422 para o período de 1º/07/15 a 30/06/16. A Cia. possui ainda, uma receita de cessão de uso de fibras óticas da linha de transmissão. A receita que será futuramente aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradores e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.** Alterações adotadas pela Cia. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/15 e não tiveram impactos materiais para a Cia. a) **CPC 33 / IAS 19 - Benefícios a empregados:** as alterações permitem que as contribuições de empregados e de terceiros, quando requeridas em plano de benefícios definidos, sejam reconhecidas como uma redução de custo dos serviços do ano sujeito a determinadas condições. O objetivo da alteração é simplificar a contabilização de contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado, como, por exemplo, as contribuições dos trabalhadores que são calculadas com base em um percentual fixo do salário. b) **Revisão de Pronunciamentos Técnicos no 06/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013:** (i) **CPC 15/IFRS 3 - Combinação de negócios:** foi eliminado o conflito entre as normas de instrumentos financeiros e combinação de negócios; esclarecido que o pagamento contingente é um passivo financeiro ou um instrumento de patrimônio e que a sua mensuração deve ser a valor justo, quando não for instrumento patrimonial. Além disso, eliminou a referência para outros pronunciamentos, como IAS 37, para remensuração do pagamento contingente e fez esclarecimentos sobre exceções no escopo da (ii) **CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a valor justo:** esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9. (iii) **CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas:** esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada. (iv) **CPC 22/IFRS 8 - Informações por segmento:** aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentais e o total de ativos da entidade. Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º/01/15 não são relevantes para o Grupo. **Seção B - Riscos: 2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em MR\$

	2015	2014
Receita líquida	275.027	348.461
Receita (Nota 20)	275.027	348.461
Custo sobre serviços prestados (Nota 21)	(8.706)	(40.044)
Lucro bruto	266.321	308.417
Despesas gerais e administrativas (Nota 21)	(18.942)	(7.967)
Lucro operacional	247.379	300.450
Despesas financeiras (Nota 22)	(90.379)	(89.723)
Receitas financeiras (Nota 22)	1.099	111
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(89.280)	(89.612)
Lucro antes do IR e da contribuição social	158.099	210.838
IR e contribuição social diferidos (Nota 17 a)	(56.627)	(72.936)
Lucro líquido do exercício	101.472	137.902
Lucro por lote de mil ações - R\$	173,80	243,10

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2015	2014
Lucro líquido do exercício:	101.472	137.902
Resultado abrangente total do exercício	101.472	137.902

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro-Em MR\$

	2015	2014
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (Nota 20)	307.824	388.611
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos bens construídos e serviços prestados(Nota 21)	(8.706)	(40.044)
Serviço de terceiro (Nota 21)	(16.303)	(2.413)
Valor adicionado bruto	282.815	346.154
Valor adicionado líquido produzido pela Cia.	282.815	346.154
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (Nota 22)	1.099	111
Valor adicionado total a distribuir	283.914	346.265
Distribuição do valor adicionado: Pessoal (Nota 20)	(2.905)	(6.004)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 17 a e 19)	(89.424)	(112.635)
Juros e variações cambiais (Nota 22)	(90.379)	(89.616)
Outros	266	(108)
Lucros retidos no exercício	(101.472)	(137.902)
Valor adicionado retido	(292.212)	(346.157)

as circunstâncias. **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, a Cia. faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros.** A Cia. verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31/12/14 e 2013, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros. **b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão.** A Cia. adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Cia. adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos subsequentes se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. **c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Cia. usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade.** A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **a) Identificação de contratos de concessão.** A Cia. efetua estimativas que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para o contrato de concessão e suas características estão descritos na Nota 2.3. **b) Reconhecimento do ativo financeiro.** A Administração da Cia. avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação, melhoria ou reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização só será reconhecido ao final dos serviços de construção, momento em que a Cia. entende ter direito ao recebimento da indenização, conforme condições do contrato de concessão. **c) Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro.** A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança. **d) Determinação das receitas e custos de construção.** Quando a concessionária presta serviços de construção, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. **e) Provisão para riscos.** São registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Cia. com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Cia. revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. **f) Provisão para custos de construção.** Em caso de contrato oneroso, ou seja, quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. **2.3 Contrato de concessão.** A Cia. adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (i) O concedente controle - por meio de titularidade, usu-

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em MR\$

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	101.472	137.902
Ajustes: IR e contribuição social diferidos	56.627	72.936
PIS e COFINS diferidos	16.791	23.781
Remuneração do ativo financeiro	(293.736)	(364.829)
Juros dos empréstimos	86.130	73.603
Provisões	5.301	(17.741)
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(320)	(546)
Clientes	180	(9.335)
Adiantamentos a fornecedores	3.810	29.843
Despesas antecipadas	227	2.330
Depósitos judiciais	9.472	(333)
Outros ativos	689	3.692
Fornecedores	(11.825)	(62.723)
Partes relacionadas	9.428	(12.909)
Outros passivos	878	(1.145)
Impostos e contribuições a recolher	3.374	3.894
Caixa aplicado nas operações	(11.502)	(121.580)
Juros pagos	(48.462)	(17.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(59.964)	(139.197)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro - recebimento	112.088	104.403
Títulos de renda fixa	(981)	(1.345)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		

A Cia. adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros. A Cia. está exposta a riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. **b) Risco de crédito.** Salvo pelo ativo financeiro, a Cia. não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissora é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do SIM de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **c) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Cia. é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM.** Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Cia. está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa de mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Indicadores	Taxa efetiva		Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido para 31/12/15
	Ativo	Passivo	
Cenário provável			
Risco de taxa de juros			
TJLP + 1%	(606.782)	(606.782)	8,00
Taxa fixa 8,5% a.a.	(192.789)	(192.789)	8,50
CDI + 7,18% a.a.	(48.877)	(48.877)	20,42
CDI + 9,38% a.a.	(8.006)	(8.006)	22,61
CDI + 6,5% a.a.	(44.002)	(44.002)	19,73
27,57% a.a.	(6.197)	(6.197)	27,57

Indicadores	Taxa efetiva		Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido para 31/12/15
	Ativo	Passivo	
Cenário 1: Risco de taxa de juros			
TJLP + 1%	(606.782)	(606.782)	10,00
Taxa fixa 8,5% a.a.	(192.789)	(192.789)	10,63
CDI + 7,18% a.a.	(48.877)	(48.877)	25,52
CDI + 9,38% a.a.	(8.006)	(8.006)	28,26
CDI + 6,5% a.a.	(44.002)	(44.002)	24,66
27,57% a.a.	(6.197)	(6.197)	34,46

Indicadores	Taxa efetiva		Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido para 31/12/15
	Ativo	Passivo	
Cenário 2: Risco de taxa de juros			
TJLP + 1%	(606.782)	(606.782)	12,00
Taxa fixa 8,5% a.a.	(192.789)	(192.789)	12,75
CDI + 7,18% a.a.	(48.877)	(48.877)	30,62
CDI + 9,38% a.a.	(8.006)	(8.006)	33,92
CDI + 6,5% a.a.	(44.002)	(44.002)	29,60
27,57% a.a.	(6.197)	(6.197)	41,36

e) Risco de taxa de juros. A Cia. está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI. **3.2 Gestão de capital.** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Cia., a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Cias. do setor, a Cia. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e LPs, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/15 e de 2014 podem ser assim resumidos:

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 11)	906.656	948.485
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(10.232)	(1.436)
Dívida líquida	896.424	947.049
Total do patrimônio líquido	790.667	666.528
Total do capital	583.837	567.260
Índice de alavancagem financeira - %	154	167

A redução no índice de alavancagem financeira em 2015 foi decorrente da redução do valor da dívida da Cia. e do aumento de capital. **3.3 Estimativa do valor justo.** A Cia. efetua uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31/12/15, conforme abaixo demonstrado: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/15, a Cia. não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Seção C - Notas explicativas relevantes selecionadas: 4 Instrumentos financeiros por categoria.**

Ativo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis		Total
	2015	2014	2015	2014	
Ativo financeiro - concessão	-	-	2.022.655	2.022.655	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	10.232	10.232	
			2.032.887	2.032.887	
Passivo			Empréstimos e recebíveis	Total	
Empréstimos e financiamentos			906.656	906.656	
Partes relacionadas			16.033	16.033	
Provisões			11.476	11.476	
Fornecedores e outros passivos			24.222	24.222	
			958.387	958.387	

a) Ativo financeiro da concessão. Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Cia. no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado RAP. A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada 4 ou 5 anos. Geralmente, a RAP de qualquer Cia. de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Cia. não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **b) Valorização dos instrumentos financeiros.** A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 3 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Cia., em 31/12/15 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **c) Financiamentos.** O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Cia. possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a LP (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de LP com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de LP, normalmente estão Ltda.s a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproxima-se do valor justo em 31/12/14, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Cia.

5 Caixa e equivalentes de caixa	2015	2014
		3
Bancos	10.229	-
	10.232	1.436

6 Adiantamentos a fornecedores. Os saldos de adiantamentos a fornecedores correspondem a:

	2015	2014
Fornecedor de materiais	10.139	10.979
Fornecedor de serviços	5.061	7.007
Outros fornecedores	993	2.017
	16.193	20.003

A Cia. no ano de 2014 começou a operar 100% e com isso seus adiantamentos a fornecedores, bem como o saldo de fornecedores a pagar diminuíram consideravelmente.

7 Clientes	2015	2014
	A vencer	11.845
Vencidas até 30 dias	257	124
Vencidas de 30 até 365 dias	2.310	1.850
Vencidas há mais de 365 dias	2.401	432
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	16.813	16.933

A Cia. não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos

seus clientes, uma vez que, no caso de inadimplência, a Cia. como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado de garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança. **8 Depósitos judiciais.** Em 2015 a Cia. resgatou totalmente o saldo depositado judicialmente referente a uma ação com o estado do Pará em relação a um benefício fiscal concedido sobre o ICMS em 2015.

	2015	2014
Ativo financeiro oriundo da concessão	2.022.655	1.841.008
Circulante	121.725	107.496
Não circulante	1.900.930	1.733.512
Movimentação	2.022.655	1.841.012
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.841.008	1.580.582
Remuneração do ativo financeiro	293.736	364.829
Recebimento	(112.089)	(104.403)
10 Partes relacionadas. Os saldos correspondem a:	2015	2014
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	(16.145)	(6.671)
Isolux Projetos e Instalações Ltda.	313	304
Outras empresas do grupo	(201)	(238)
	(16.033)	(6.605)

Basicamente, o aumento do saldo deve-se ao pagamento de despesas da Macapá pela Xingu. **a) Remuneração do pessoal-chave da administração.** A Cia., em 2015 e 2014, não efetuou pagamentos a administradores, em virtude de estes serem pagos por outras empresas do Grupo. A Cia. não constituiu qualquer provisão para ressarcimento das empresas do Grupo que remuneraram seus administradores por entender que estes custos não serão repassados no futuro. **11 Despesas pagas antecipadamente.** O saldo em 31/12/15 refere-se principalmente aos seguros contratados.

	2015	2014
12 Fornecedores	9.665	9.971
Fornecedores de materiais	9.912	23.426
Fornecedores de serviços	2.093	3.098
Outros	21.670	33.495

13 Empréstimos e financiamentos. Posição de empréstimos e financiamentos em 31/12/15:

	2015	2014
Circulante	112.653	185.702
Empréstimos bancários	37.229	115.582
FDA e FNO (iii)	75.424	51.128
Confirming (iv)	-	18.992
Não circulante	794.003	762.783
Empréstimos bancários	69.855	6.384
FDA e FNO (iii)	738.591	771.806
Custo de Transação (i)	(14.443)	(15.407)
Total dos empréstimos	906.656	948.485

As taxas de juros dos empréstimos variam entre 8% e 27% ao ano, incluindo o CDI e a TJLP quando aplicado ao contrato. As posições dos empréstimos e financiamentos e das amortizações do saldo de LP, a partir de 31/12/15 obedecem ao seguinte escalonamento anual: **Período: Amortização não circulante:** 2017: 107.926; 2018: 104.679; 2019: 110.817; 2020: 95.094; De 2020 em diante: 375.487. **(i) Custos de transação (comissões bancárias e IOF).** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas no exercício de 2014 e 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. **(ii) Garantias concedidas.** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. Para os créditos de LP, foram dados em garantia os recebíveis do contrato de concessão e o penhor das ações. **(iii) Créditos de LP.** A Cia. emitiu debêntures em 2010 (debêntures de 1ª emissão privada conversíveis em dívida em 4 séries da espécie com garantia real e fidejussória) sendo 100% das debêntures subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela SUDAM. Em 31 de dezembro as características das debêntures são: **SUDAM:** Valor: R\$ 569.568; Prazo: 240 meses; Encargos: TJLP + 0,85% a.a. A 1ª prestação foi paga em out/2014 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em out/2030. **BASA:** Em 30/12/10 foram assinados os contratos de financiamento a LP (Crédito Sênior) com o Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: Valor: R\$ 142.722; Prazo: 240 meses; Encargos: Fixo: 10% a.a. A Cia. utilizou 100% do financiamento com o BASA em 2011. A dívida resultante deste crédito será paga em 191 prestações mensais e sucessivas. A 1ª prestação foi paga no dia 10/03/15 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo-se a última prestação em jan/2031. **14 Impostos e contribuições a recolher.** Em 31/12/15, os principais impostos e contribuições a recolher referem-se a retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento. **15 Provisões.** Em 31/12/15, os saldos de provisões correspondem a:

	2015	2014
Provisão para custos de construção	3.178	6.175
Contingências a)	8.298	-
	2.268	6.175

a) Contingências. A Cia. possui processos judiciais de natureza trabalhista e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$ 71.518. Em 2015, em virtude de mudanças nas expectativas de perda de alguns processos trabalhistas, a Cia. provisionou o montante de R\$ 8.298 conforme relatório de seus assessores jurídicos. **16 PIS e COFINS diferidos.** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01. **PIS e COFINS diferidos:** Em 31/12/13: 149.512; Constituição em 2014: 23.781; Em 31/12/14: 173.293; Constituição em 2015: 16.791; Em 31/12/15: 190.084. **17 IR e CSLL diferidos.** Em 31/12/15 e de 2014, a reconciliação das despesas de IR e de CSLL apresentada no resultado são como segue: **a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais.**

	31/12/15	31/12/14
Lucro antes do IR e contribuição social	158.099	210.838
Alíquota nominal combinada do IR e da CSLL	34%	34%
IR e contribuição social	(53.754)	(71.685)
Outras adições	(2.873)	(1.251)
IR e CSLL diferidos às alíquotas da legislação	(56.627)	(72.936)

Os valores de IR e CSLL diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. Com a entrada em operação no ano de 2013 a Cia. tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos. **b) IR e CSLL diferidos.** IR e CSLL diferidos: Em 31/12/14: (53.033); Constituição em 2015: (56.627); Em 31/12/15: (109.660). **c) Incentivos fiscais.** Em 5/12/08, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura- REIDI, pelo qual a Cia. fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **18 Patrimônio líquido.** **a) Capital social.** O capital subscrito e integralizado em 31/12/15 é de R\$ 583.837 (2014 - R\$ 567.260), está representado por 583.837 mil (2014 - 567.260) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue: **Acionistas: Ordinárias:** Isolux Energia e Participações S.A.: 567.260.000; Fundo de desenvolvimento da Amazônia - FDA: 16.576.726. **b) Reserva legal.** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c) Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação da reserva legal, calculado nos termos do Art. 202 da Lei 6.404/76. A Cia. registrou o montante em reservas especial de dividendos, uma vez que, o lucro apurado pela Cia. no exercício ainda não foi realizado financeiramente. Assim que a situação financeira da Cia. permitir, os montantes serão distribuídos aos acionistas. **19 Extinção de dívidas com a emissão de instrumentos de patrimônio.** Em 25/10/15, a SUDAM, a pedido da Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. optou por converter em ações ordinárias com direito a voto, a terceira parcela das debêntures subscritas em favor do FDA no valor de R\$ 22.667 mil. Com isso, o respectivo valor correspondente à parcela da dívida foi cancelado pelo Banco da Amazônia, bem como os encargos dela decorrentes. A SUDAM emitiu um termo de conversão em 4/11/15, onde as seguintes condições foram estabelecidas: • As ações resultantes da conversão poderão ser livremente vendidas: • Caso o valor de venda das ações não reflita a remuneração equivalente a TJLP + 1% a.a. o acionista majoritário arcará com a respectiva equalização, recolhendo a diferença ao Fundo mesmo que não seja o comprador das ações. Do total do valor convertido, R\$ 16.577 foram destinados à conta de Capital Social e R\$ 6.090 destinados à conta de Reserva de Capital. Ressalta-se ainda que, a extinção destas dívidas com a emissão de instrumentos de patrimônio é uma operação no escopo do ICPC 16 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio (IFRIC 19), de forma que foram aplicadas as práticas contábeis descritas na Nota explicativa 24.12.

	2015	2014
20 Receita	307.824	388.611
Receita de operação	7.592	7.265
Receita financeira	293.736	364.829
Outras receitas (i)	6.496	16.517
PIS e COFINS	(11.683)	(12.165)
PIS e COFINS diferidos	(16.791)	(23.781)
Quota para RGR, TFSEE e P&D	(4.323)	(4.204)
Receita líquida de serviços	275.027	348.461

(i) Valores referentes as outras receitas da Cia. como parcelas de ajuste do ciclo anterior, indisponibilidade de equipamentos e rateio de antecipação.

	2015	2014
21 Custos sobre serviços prestados.	2.905	6.004
Despesas com pessoal	8.706	40.044
Custos de operação	16.037	1.963
Despesas gerais	27.648	48.011

Classificadas como: Custo dos bens construídos e serviços prestados (i) 8.706 40.044 Despesas gerais e administrativas 18.942 7.967 27.648 48.011

(i) A redução dos custos de operação deve-se principalmente à otimização dos custos de operação e manutenção.

	2015	2014
22 Resultado financeiro líquido.	(90.379)	(89.724)
Despesas financeiras	(86.130)	(73.603)
Juros sobre empréstimos	(240)	(768)
IOF	-	(97)
Variação cambial negativa	(4.009)	(15.256)
Outras despesas financeiras	1.099	111
Receitas financeiras	1.099	108
Receita de aplicações financeiras	-	3
Outras receitas financeiras	(89.280)	(89.613)

23 Seguros. A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros. Em 31/12/15, a Cia. apresenta as seguintes apólices de seguro:

Ramo	Vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados operacionais	13/06/15 a 13/06/16	R\$ 100
Responsabilidade civil geral	13/06/15 a 13/06/16	R\$ 10
Seção D - Políticas contábeis	24 Resumo das principais políticas contábeis.	

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **24.1 Descrição das principais políticas contábeis adotadas.** **24.1.1 Conversão de moeda estrangeira. a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cia. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Cia. atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras es-

tao apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Cia. **b) Transações e saldos.** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **24.2 Caixa e equivalentes de caixa.** Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de 3 meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **24.3 Instrumentos financeiros.** **24.3.1 Classificação e mensuração.** A Cia. classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos

tada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as demonstrações financeiras. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A em 31/12/15, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros assuntos. Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/15, elaboradas sob responsabilidade da administração da Cia., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Cias. abertas; pela ANEEL para concessionárias do setor elétrico e considerada informação suplementar para as Cias. de capital fechado e IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. RJ, 14/03/16. Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ; Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ; Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ.